

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº046/2024

No dia 30 de abril de 2024, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 19.193.527/0001-08, com sede na Rua Tupis, nº 437, 1º andar, Melo, CEP 39.401-068, Montes Claros/MG, a seguir denominado CODANORTE, neste ato representado por seu Presidente Sr. Eduardo Rabelo Fonseca, CPF 042.204.846-12, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Resolução 012/2023 do CODANORTE e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços, em face da classificação da proposta apresentada no **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 007/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 001/2024**, pela empresa **PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ 29.700.587/0001-23, situada na Rua Saíra Militar, nº570, Bairro Parque Industrial, cidade ARAPONGAS/PR, CEP:86.702-7000, a seguir denominada FORNECEDOR, classificado em primeiro lugar, neste ato representada por Vinícius Lopes Salvi, inscrito(a) no CPF sob o nº078.204.279-14, residente e domiciliado(a) na Rua Saíra Ouro, nº 201, Bairro Jardim Universitário, Arapongas/PR, CEP 82.702-820, telefone (43) 3152-8902, e-mail: prioritta.saude@gmail.com, nos seguintes termos:

1 – As especificações técnicas constantes do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 007/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 001/2024**, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

2 – A presente Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, como prevê o artigo 84 da Lei 14.133/2021. 3 – O prazo de vigência será contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial e no site oficial do CODANORTE, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4 – Ficam registrados os seguintes itens/lotes, no valor total de **R\$52.962,38(Cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos)**:

Item	Qtd	Unid.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
123	60	UNIDADE	LUSTRA MOVEEL MÓVEIS CLAROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas claras, frasco com 500ml, com bico econômico. Composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior)	BUTTERFLY	10,89	653,40



			prazo de validade de no mínimo 18 meses. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.			
124	60	UNIDADE	LUSTRA MOVEL MÓVEIS ESCUROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas escuras, frasco com 500ml, com bico econômico. composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) prazo de validade de no mínimo 18 meses. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	BUTTERFLY	13,65	819,00
156	80	UNIDADE	CONDICIONADOR INFANTIL, para cabelos normais e uso diário, conteúdo 200 ml (Palmolive Kids ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	BEBE LOVE	16,82	1.345,60
158	80	UNIDADE	CREME DE PELE INFANTIL, um produto com princípios ativos especiais especialmente indicado para peles secas e ásperas, que oferece hidratação prolongada e intensiva, proporcionando uma pele mais macia e sedosa, sem deixar sensação de oleosidade. Embalagem de 200ml. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	BEBE LOVE	17,45	1.396,00
160	100	UNIDADE	CREME DENTAL COM FLUOR PARA USO ADULTO, tubo com 70g (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	ICE FRESH	3,99	399,00
164	35	UNIDADE	ESCOVA DENTAL MACIA PARA USO ADULTO, com cerdas de nylon macias e cabo reto com, aproximadamente, 17cm de comprimento, formato anatômico. Embalada individualmente. (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	MEDFIO	3,69	129,15
165	25	UNIDADE	ESCOVA DENTAL MACIA PARA USO INFANTIL, com cerdas de nylon macias e cabo reto com, aproximadamente, 17cm de comprimento, formato anatômico. Embalada individualmente. (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	MEDFIO	3,99	99,75
177	20	UNIDADE	REPELENTE DE INSETOS SPRAY 200ml, com proteção por até 4 horas, com Aloe Vera, hidratante natural, que deixa a pele suave e macia. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ.	SAI INSETO	19,99	399,80
394	100	UNIDADE	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, cheirinho de talco, conteúdo 360 ml (Bom ar ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	ULTRA FRESH	13,99	1.399,00
406	60	UNIDADE	LUSTRA MOVEL MÓVEIS CLAROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas claras, frasco com 500ml, com bico econômico. Composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior)	BUTTERFLY	11,16	669,60



			prazo de validade de no mínimo 18 meses. SÃO JOÃO DA PONTE.			
407	60	UNIDADE	LUSTRA MOVEI MÓVEIS ESCUROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas escuras, frasco com 500ml, com bico econômico.composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) prazo de validade de no mínimo 18 meses. SÃO JOÃO DA PONTE.	BUTTERFLY	13,65	819,00
420	15	UNIDADE	PORTA PAPEL TOALHA, tampa frontal basculante construído em plástico ABS reforçado na cor branca e base na cor cinza. Para uso de papel toalha entrefolhas 2 ou 3 dobras. Capacidade para até 600 folhas, travas laterais acionadas por pressão, Visor frontal para inspeção do nível de papel remanescente. Fixação antifurto através de buchas expansíveis. Volume da UND: Único. SÃO JOÃO DA PONTE.	PREMISSE	60,89	913,35
439	80	UNIDADE	CONDICIONADOR INFANTIL, para cabelos normais e uso diário, conteúdo 200 ml (Palmolive Kids ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	BEBELOVE	17,50	1.400,00
441	80	UNIDADE	CREME DE PELE INFANTIL, um produto com princípios ativos especiais especialmente indicado para peles secas e ásperas, que oferece hidratação prolongada e intensiva, proporcionando uma pele mais macia e sedosa, sem deixar sensação de oleosidade. Embalagem de 200ml. SÃO JOÃO DA PONTE.	BEBELOVE	19,96	1.596,80
443	100	UNIDADE	CREME DENTAL COM FLUOR PARA USO ADULTO, tubo com 70g (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	ICEFRESH	4,89	489,00
447	35	UNIDADE	ESCOVA DENTAL MACIA PARA USO ADULTO, com cerdas de nylon macias e cabo reto com, aproximadamente, 17cm de comprimento, formato anatômico. Embalada individualmente. (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	MEDFIO	4,46	156,10
448	25	UNIDADE	ESCOVA DENTAL MACIA PARA USO INFANTIL, com cerdas de nylon macias e cabo reto com, aproximadamente, 17cm de comprimento, formato anatômico. Embalada individualmente. (Colgate ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	MEDFIO	4,83	120,75
451	30	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO MAXI PROTEÇÃO - TAMANHO G, pacote contendo 08 (oito) UNDS (Pom-Pom, Turma da Monica ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	MAXCLEAN SLIM	18,05	541,50
452	40	PACOTE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO MAXI PROTEÇÃO - TAMANHO M, pacote contendo 08 (oito) UNDS (Pom-Pom, Turma da Monica ou de ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	MAXCLEAN SLIM	18,05	722,00
460	20	UNIDADE	REPELENTE DE INSETOS SPRAY 200ml, com proteção por até 4 horas, com Aloe Vera, hidratante	SAI INSETO	20,16	403,20



			natural, que deixa a pele suave e macia. SÃO JOÃO DA PONTE.			
461	180	UNIDADE	SABONETE EM BARRA PARA USO ADULTO, utilizado para limpar suavemente a pele, contendo 80g, (Johnsons ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). SÃO JOÃO DA PONTE.	VIDA	3,32	597,60
467	20	PACOTE	TOUCA DESCARTAVEL, touca capilar descartável, safonada, cor branca, Pacote contendo 100 unidades. SÃO JOÃO DA PONTE.	ANADONA	18,30	366,00
470	30	UNIDADE	AVENTAL DE PVC forrado 1,20 cm x 0,60cm. SÃO JOÃO DA PONTE.	366,00	15,16	454,80
581	700	UNIDADE	ALCOOL EM GEL ANTI-SEPTICO 70%, produto balanceado que, além de higienizar, não resseca as mãos, tem em sua formulação extrato natural de aloe vera. secagem rápida. testado dermatologicamente. Indicado para assepsia das mãos, é um excelente bactericida, especialmente recomendado para ambientes como cozinhas industriais, hospitais, comércio, escolas, indústrias alimentícias, clínicas, pet shops e consultórios. diluição: pronto uso. produto de referência/similar ou de melhor qualidade. com embalagem de 420 gr, (Marca referência: Asseptgel ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) prazo de validade de no mínimo 18 meses. CODANORTE.	TUPI	10,97	7.679,00
586	220	UNIDADE	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, cheirinho de talco, conteúdo 360 ml (Bom ar ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior). CODANORTE.	ULTRA FRESH	13,99	3.077,80
595	80	UNIDADE	LUSTRA MOVEL MÓVEIS CLAROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas claras, frasco com 500ml, com bico econômico. Composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) prazo de validade de no mínimo 18 meses. CODANORTE.	BUTTERFLY	10,94	875,20
596	80	UNIDADE	LUSTRA MOVEL MÓVEIS ESCUROS, emulsão, na forma aquosa e cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas escuras, frasco com 500ml, com bico econômico. composição: cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, álcool ceto estearílico, cetil trimetil amônio, parabenos. ingrediente ativo: silicone 0,36%. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, composição química, número do lote, data de validade e número de identificação no ministério da saúde. (Marca referência: poliflor, destac, ype ou superior ou de qualidade semelhante, equivalente ou superior) prazo de validade de no mínimo 18 meses. CODANORTE.	BUTTERFLY	13,65	1.092,00
618	1200	UNIDADE	REPELENTE DE INSETOS SPRAY 200ml, com proteção por até 4 horas, com Aloe Vera, hidratante natural, que deixa a pele suave e macia. CODANORTE.	SAI INSETO	20,16	24.192,00
647	2	UNIDADE	SUPORTE PARA ROLO DE PAPEL TOALHA, inox, dimensão 14 x 14 x 28 cm; 175g. CODANORTE.	PREMISSA	77,99	155,98

5 – A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelo Presidente do CODANORTE e do Fornecedor Beneficiário.

6 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de que trata a Resolução 012/2023 do CODANORTE, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do §2º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7 – Os órgãos e as entidades de que trata o caput, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8 – Caberá ao gerenciador verificar junto ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10 - Deverão ser observadas as regras específicas de controle para a adesão à ata de registro de preços previstas nos §§ 4º e 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11 - Compete ao Consórcio, órgão gerenciador, a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP, direcionado para os municípios consorciados, observando o disposto no § 2º deste artigo, caso não tenha a autorização por escrito;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações.

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços;

IV - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades da contratação;

V - realizar pesquisa de preços para identificação do valor estimado da licitação ou contratação direta, bem como definir a tabela de referência para obras e serviços de engenharia;

VI - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

VII - verificar se os pedidos de realização de registro de preços, formulados pelos municípios consorciados, apresentam justificativa que se enquadre nas hipóteses previstas nesta Resolução,

podendo indeferir os pedidos que não estejam de acordo com as referidas hipóteses.

VIII - autorizar a instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos órgãos participantes;

IX - gerenciar a ata de registro de preços;

X - conduzir os procedimentos relativos a eventuais alterações ou atualizações dos preços registrados;

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços;

XII - remanejar os quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos neste regulamento.

XIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

XIV - aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como proceder o seu registro nos cadastros pertinentes;

XV - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo da efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

12 - Os procedimentos constantes dos incisos II a IV do caput serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

13 - No procedimento público de intenção de registro de preços, constante no inciso I deste artigo, deverá ainda ser realizada comunicação específica aos demais departamentos do Consórcio, acerca da existência do IRP, para que possam registrar sua intenção ou ser justificada a dispensa do procedimento, nos termos § 1º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º deste artigo somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Resolução.

15 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal de Compras Públicas e no site do CODANORTE, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16 - Após os procedimentos de formalização da ata estipulados no artigo 18, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na Resolução 012/2023 do CODANORTE.

17 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Consórcio.

18 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no artigo 19, e observado o disposto no §3º do artigo 18 da Resolução 012/2023 do CODANORTE, fica facultado ao Consórcio convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

19 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

20 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do último signatário necessário, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

21 - Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

22 - Cada órgão não participante poderá aderir a cem¹ por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintúplo do quantitativo² de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, como prevê o Inciso I, §3º do artigo 19 do Decreto 16.311 de 16/09/2013 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado de Minas Gerais.

23 - Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133,

¹ Inciso I, §3º do artigo 19 do Decreto 16.311 de 16/09/2013 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado de Minas Gerais.

² Inciso II, §3º do artigo 19 do Decreto 16.311 de 16/09/2013 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado de Minas Gerais

de 2021 e desta Resolução.

24 - O marco inicial da alteração dos preços da ata de registro de preços, será considerado a data-base para efeitos de reajustamento de preços nos contratos dele decorrentes e celebrados após a alteração do preço.

25 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

26 - Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

27 - Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do § 1º deste artigo, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste regulamento.

28 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

29 - Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, e, assim, estender a aplicação automática da alteração de preço nos moldes deliberados pelo órgão gerenciador.

30 - No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

31 - Para fins do disposto no caput, deverá o fornecedor encaminhar pedido formal, devidamente endereçado, com a indicação dos pressupostos jurídicos e as circunstâncias fáticas alicerçadas em evidências sólidas dos fatos imprevisíveis e que justificam restaurar o custo inicialmente pactuado, como, por exemplo, planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, publicações em revistas especializadas, entre outros.

32 - O pedido deve ser restrito aos insumos que foram impactados pela majoração extraordinária e o desconto que foi dado na licitação deve ser observado na atualização do valor.

33 - O pedido de revisão deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

34 - Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

35 - Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do § 4º deste artigo, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, procedendo a devida verificação das

condições de habilitação.

36 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

37 - Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º deste artigo, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

38 - O órgão gerenciador deverá comunicar aos demais órgãos que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou seja, para que delibere, no caso concreto, sobre a aplicação da alteração de preço nos moldes definidos pelo órgão gerenciador.

39 - O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Consórcio, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

40 - No caso do inciso IV deste artigo, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão gerenciador o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

41 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

42 - O cancelamento da ata de registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I - razões de interesse público;

II - cancelamento de todos os preços registrados; ou

III - caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

43 - As quantidades previstas para os itens nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

44 - O remanejamento de que trata o caput somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante ou não participante.

45 - O órgão gerenciador que estimou quantidades que pretende contratar será considerando também participante para efeito de remanejamento de que trata o caput.

46 - No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos no §§ 4º e 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

47 - Para efeito do disposto no caput, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

48 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos estados, do distrito federal ou dos Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

49 - Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do § 2º deste artigo, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

50 - E As partes contratantes elegem o foro da comarca de Montes Claros/MG como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Montes Claros/MG, 30 de Abril de 2024.

Contratante: Eduardo Rabelo Fonseca
Presidente do CODANORTE

Contratado (a): Prioritta Produtos Hospitalares Ltda-ME
Vinícius Lopes Salvi
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF _____

NOME: _____ CPF _____